

Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft

Filial São Paulo - Em Liquidação
CNPJ nº 60.044.112/0001-76

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Balanco Patrimonial				Balanco Patrimonial				Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Ativo/Circulante	Nota	31.12.2025	31.12.2024	Passivo/Circulante	Nota	31.12.2025	31.12.2024	Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	3	46.716	81.981	Fornecedores	6	16	8	Resultado do exercício		4.219	5.747
Impostos a compensar	4	3.980	1.849	Obrigações fiscais e tributárias	6	69	222	Constituição em Provisão para contingências	6	3.430	316
Total do ativo circulante		50.696	83.830	Total do passivo circulante				Atualização de depósitos judiciais		(638)	(517)
Não circulante				Não circulante		85	230	Atualização monetária impostos a compensar		(265)	-
Depósitos fiscais/trabalhistas	5	13.366	12.728	Provisão para contingências	5	10.568	7.138	Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Total do ativo não circulante		13.366	12.728	Total do passivo não circulante				Aplicações financeiras		35.265	(8.437)
Total do ativo		64.062	96.558	Patrimônio líquido	7	10.568	7.138	Impostos a Compensar		(1.866)	4471
Demonstração do Resultado				Capital social		18.702	18.702	Redução (aumento) dos passivos operacionais			
Resultado operacional				Reserva de lucros		19.668	19.668	Fornecedores		8	(106)
Despesas gerais e administrativas	8	(4.340)	(945)	Lucros acumulados		15.039	70.488	Obrigações tributárias		749	78
Resultado antes do resultado financeiro		(4.340)	(945)	Total do patrimônio líquido		53.409	89.190	Impostos pagos		(901)	(1.585)
Despesas financeiras	9	(508)	(418)	Total do passivo		64.062	96.558	Recursos líquidos gerados/aplicados das atividades operacionais		40.000	(33)
Receitas financeiras	9	11.342	8.875	Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido				Redução das atividades de financiamentos			
Resultado antes do IR e CS		6.494	7.512	Saldo em 31/12/2023		18.702		Dividendos pagos		(40.000)	-
IR pessoa jurídica	10	(1.666)	(1.291)	Lucro do exercício		-	64.741	Recursos líquidos (aplicados) das atividades de financiamento			
CS sobre o lucro	10	(608)	(473)	Saldo em 31/12/2024		18.702		Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa		-	(33)
Resultado líquido do exercício		4.219	5.747	Constituição de reserva de lucros		-	70.488	Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício		-	33
Demonstração do Resultado Abrangente		31.12.2025	31.12.2024	Dividendos distribuídos no período		-	89.190	Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		4.219	5.747	Lucro do exercício		-	4.219				
Outros resultados abrangentes		-	-	Saldo em 31/12/2025		18.702	19.668				
Resultado abrangente do exercício		4.219	5.747								

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft - Filial São Paulo - Em Liquidação ("Filial") é a filial brasileira de Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft, uma sociedade constituída em Hamburgo, República Federal da Alemanha. Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft é uma controlada da empresa Commerzbank AG, situada em Frankfurt, República Federativa da Alemanha. O objeto social da Filial é a aquisição, administração e alienação de bens patrimoniais, no próprio nome e por conta própria, bem como a administração do próprio patrimônio. Estão excluídas operações bancárias, assim como toda e qualquer atividade que dependa de autorização de órgãos de classe e/ou governamentais, inerentes das atividades de instituições financeiras. Em reunião da Diretoria da Filial, realizada em 18 de abril de 2007 na sede social localizada na cidade de Hamburgo, Alemanha, foram tomadas as seguintes deliberações: (a) aprovação da dissolução da filial Dresdner de São Paulo, em consequência da extinção da sua autorização de funcionamento como instituição financeira no Brasil requirida pela Filial em 18 de julho de 2006, (b) inclusão da expressão "Filial São Paulo - Em Liquidação" na razão social da Filial e (c) aprovação da nomeação do liquidante.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 Base de liquidação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 31 de julho de 2026, sendo elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME). Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Filial incluem, portanto, estimativas referentes a determinação de provisões para riscos fiscais e para contingências. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Um resumo das estimativas contábeis críticas está apresentado na Nota 2.3. Em linha com a NBC TG 900, os valores de ativos e passivos apresentados já estão pelo valor de liquidação, desta forma não foram divulgados quadros com ajustes entre o valor contábil e o de liquidação. 2.2 Sumário das principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses. b) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão mantidas para cobrir as possíveis contingências que a entidade detém. Adicionalmente estão representadas pelos valores das aplicações avaliadas ao mercado mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. c) **Ativos financeiros:** Conforme seção 11 do CPC PME os instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo método do custo amortizado. A Filial avalia os instrumentos financeiros pelo custo da operação, e ao final de cada exercício de divulgação, atualiza os valores com base no custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros. Em 2025 e 2024 a Filial não realizou operações com derivativos financeiros e também não possuía outros instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. d) **IR e CS:** Os encargos do IR e da CS corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A alíquota de IRPJ é de 15% com adicional de 10% para excedentes a R\$240 e para a CSLL a alíquota é de 9%. e) **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os impostos a recuperar e os ativos não financeiros são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas de recuperabilidade, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável. f) **Outros ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. g) **Contingências ativas e passivas:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **Ganhos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes prováveis de entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. **Contingências passivas** - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são recuperáveis, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e as classificadas como de perda remota não requerem provisão nem divulgação. h) **Outros passivos circulantes e não**

circulantes: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acréscimos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. i) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui os rendimentos sobre aplicações financeiras e depósitos categorizado como receita financeira e inclui a atualização monetária para as provisões de contingências fiscais e trabalhistas categorizado como despesas gerais e administrativas. A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetivos. 2.3 **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Filial faz estimativa e estabelece premissas em relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício está divulgada a seguir. **IR e CS:** A Filial não reconhece tributos diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. A Filial não reconhece provisão suficiente para os momentos em que os tributos serão realizados fiscalemente às provisões para contingências, que na medida em que causas são julgadas de forma desfavorável a Filial, poderão gerar uma despesa dedutível futuramente. **Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Filial tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. O desfecho de processos judiciais e seu impacto financeiro sobre a Filial podem apresentar divergências significativas em relação às estimativas feitas pela administração.

3. **Aplicações Financeiras:** Os saldos representativos de aplicações financeiras correspondem a depósitos em contas de aplicações financeiras, cuja mudança nos valores pode ser considerada de risco insignificante. As aplicações em CDB são realizadas com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	46.716	81.981
4. Imposto a Compensar:		
IRPJ/CSLL a compensar	3.980	1.849
	3.980	1.849

Os saldos de impostos a recuperar poderão ser compensados via Per/DOOMP. O prazo para compensação e utilização desses créditos é de até cinco anos a contar do período de auração a que se referem.

5. **Provisão para Contingências:** A movimentação da provisão para contingências é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Depósito Provisão Depósito Provisão		
Discussão judicial sobre a taxatividade de serviços bancários considerados pelas prefeituras como serviços:		
Causa de Finsocial (causa nº 23)	6.191	6.191
Causa PIS Liminar EC 17/97 (causa nº 31)	3.363	565
Causa DSB Fundo Investimento (causa nº 16)	1.776	1.776
Caso COFINS Exercício 2000 (causa nº 18)	616	616
Caso Fundos de Investimento (causa nº 33)	1.420	1.420
Caso Processo Administrativo Receita Federal (causa nº 56)	-	-
	13.366	10.568
	10.568	12.728
	12.728	7.138

A administração revisa as contingências e avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando as provisões para contingências trabalhistas, fiscais e outras baseadas na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões para riscos fiscais e tributários estão relacionadas com os seguintes assuntos: Valores são corrigidos trimestralmente, os tributos federais segundo a SELIC e para os débitos Municipais cada estado tem sua particularidade: SP e BH - IPCA + juros de 1%; Campinas: INPC + SELIC acumulada acrescida 10%, Caso 23 - (Mandado de Segurança nº 0018391-61.1993.4.03.6100 o DLA apresentou pedido de desistência do cumprimento de sentença e ajuizou nova ação de Repetição de Indébito (Processo nº 502894631-2025.4.03.6100) visando à restituição dos valores recolhidos a título de FINSOCIAL, no montante de R\$ 6.191, correspondente ao valor reconhecido como devido pela União atualizado até Novembro de 2025. Caso 16 - Embargos à Execução Fiscal nº 0043369-59.2007.4.03.6182: o DLA interpôs o Recurso de Apelação, que aguardam julgamento no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para que seja reformada a sentença e reconhecida a necessidade de extinção do crédito tributário e da sua respectiva Execução Fiscal nº 0523393-24.1998.403.6182. Caso 33 - Mandado de Segurança nº 0006454-97.2006.4.03.6100: aguardamos a conversão em renda dos valores depositados nos autos. O DLA se manifestou recentemente requerendo nova intimação da Autoridade Fiscal para que apresente o respectivo código de receita, possibilitando a efetiva conversão em renda. Caso 18 - Embargos à Execução Fiscal nº 0043369-59.2007.4.03.6182: o DSB - Fundo de Investimento interpôs

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Base de elaboração das demonstrações financeiras:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que os administradores da Filial decidiram pela dissolução da filial Dresdner de São Paulo, em consequência da extinção da sua autorização de funcionamento como instituição financeira no Brasil. Em decorrência desse assunto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada e as demonstrações financeiras foram elaboradas em base de liquidação e, portanto, devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Filial continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Filial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Filial. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ★ continuação

	31.12.2025	31.12.2024
6. Fornecedores e Obrigações Fiscais:		
Contas a pagar aos fornecedores	16	8
	16	8

	31.12.2025	31.12.2024
Nota 6.1		
Tributos retidos	4	87
Tributos incidentes sobre o lucro	65	135
Obrigações fiscais e tributárias	69	222

7. **Patrimônio Líquido: 7.1 Capital:** O capital da Filial corresponde ao investimento realizado pela Matriz, em moeda corrente nacional. **7.2 Reserva de lucros:** No período foram destinados às Reservas de Lucros R\$ 19.668,00 (dezenove milhões, seiscentos e sessenta oito mil reais) relativos ao saldo lucros acumulados. No exercício de 2024, não houve destinação às Reservas de Lucros. **7.3 Dividendos:** O Acordo Social da Filial não prevê a política de distribuição de dividendos sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social. Os lucros apurados pela Filial terão a destinação que lhes for estabelecida pelos sócios, observando o disposto na legislação vigente. No ano de 2025, foram distribuídos R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), referente a Lucros acumulados. No exercício de 2024, não houve distribuição de dividendos. **7.4 Lucros acumulados:** A conta de lucros acumulados absorve todo montante de cada exercício enquanto não há deliberação pelos acionistas.

	31.12.2025	31.12.2024
8. Despesas Gerais e Administrativas:		
Despesas gerais	(910)	(629)
Constituição de provisões para contingências e riscos fiscais/trabalhista	(3.430)	(316)
	(4.340)	(945)

	31.12.2025	31.12.2024
9. Resultado Financeiro:		
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	10.439	8.044
Atualização monetária de depósitos judiciais	638	517
Outras receitas financeiras	265	314
Despesas financeiras		
Impostos sobre receita financeira	(485)	(412)
Fiança judicial e outras	(23)	(416)
	(508)	(418)
	10.834	8.457

	31.12.2025	31.12.2024
10. Imposto de Renda e Contribuição Social:		
Resultado antes do IR e CS		
Alíquota normal combinada	6.494	7.512
Impostos devido à alíquota normal	34%	34%
Resultado antes do IR e CS	(2.207)	(2.554)
Resultado antes do IR e CS		
Alíquota normal combinada	90	-
Diferença Permanente	(1.166)	-
Diferenças temporárias	985	766
Compensação de prejuízo fiscal de anos anteriores	24	24
Resultado antes do IR e CS	(2.274)	(1.764)

As taxas de IR e CS são de 15% (mais um adicional de 10% sobre a parcela do lucro excedente a R\$ 240) e 9%, respectivamente. A reconciliação da taxa efetiva é como segue: Em 31 de dezembro de 2025, a Filial não constitui Ativo Diferido de IRPJ e CSLL e tem saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CS no montante de R\$ 42.788 (2024 - R\$ 45.686). Adicionalmente, a Filial possui saldo de despesas temporariamente não dedutíveis no montante de R\$ 3.575 (2024 - R\$ 7.138). Nesse momento não há expectativa de realização dos tributos diferidos a curto prazo, uma vez que a Filial não sabe em que momento as aplicações financeiras, que geram a única receita tributável da Filial, serão utilizadas para liquidação de eventuais contingências. Operações da Filial e registros contábeis estão sujeitos à inspeção por parte das autoridades fiscais e as possíveis autuações fiscais relacionadas para o pagamento adicional de impostos, taxas e contribuições durante diferentes períodos de prescrição, nos termos da legislação aplicável.

11. **Evento Subsequente:** Em 20 de fevereiro de 2026, a Filial recebeu em conta corrente o valor de R\$ 1.468, referente à restituição de saldo negativo de IRPJ/CSLL do ano-calendário de 2023, previamente contabilizado em impostos a recuperar e solicitado por meio do PER/DOOMP nº 12068.71104.021225.1.2.02-8076. Em 20 de julho de 2026, a Filial recebeu em conta corrente o valor de R\$ 657, referente à restituição de saldo negativo de IRPJ/CSLL do ano-calendário de 2022, previamente contabilizado em impostos a recuperar e solicitado por meio do PER/DOOMP nº 16141.58581.021225.1.2.02-0444.

O Liquidante	
Contador	
Localiti Consulting Solutions Ltda.	
CNPJ 12.244.338/0001-78 - CRC/RJ 005703/O-2	
Sheila Mariano Ferraz Graefin von Koelsmgmark	
Contadora Responsável - CPF XXX.166.051-XX - CRC/RJ 097978/O-9	

Aos acionistas e administradores do Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft - Filial São Paulo - Em Liquidação - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft - Filial São Paulo - Em Liquidação ("Filial"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Dresdner Lateinamerika Aktiengesellschaft - Filial São Paulo - Em Liquidação em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base de Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Filial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

